

em funções públicas por tempo indeterminado e que estejam inseridos na carreira geral de assistente técnico.

Após início de funções, o trabalhador será objeto de credenciação de segurança no grau adequado às suas funções.

D) Perfil pretendido:

Experiência comprovada de exercício efetivo de funções de apoio técnico/administrativo de, pelo menos, três anos; conhecimentos de sistema(s) de gestão documental; domínio, oral e escrito, da língua portuguesa; domínio de ferramentas de processador de texto e folha de cálculo na ótica do utilizador; domínio de ferramenta de correio eletrónico; capacidade de utilização da Internet; conhecimentos de legislação relevante na Administração Pública; domínio de técnicas de atendimento ao público; domínio de técnicas e regras de arquivo.

E) Local de trabalho:

Gabinete Nacional de Segurança — Rua da Junqueira, 69 — Lisboa

F) Avaliação e seleção de candidaturas:

As candidaturas serão objeto de análise curricular, que será complementada por entrevista profissional de seleção.

Apenas os(as) candidatos(as) pré-selecionados(as) na análise curricular serão contactados(as) para a realização da referida entrevista.

G) Prazo de apresentação de candidaturas:

Dez dias úteis a contar do dia da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

H) Formalização de candidaturas:

Requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, com a menção expressa da modalidade da relação jurídica que detém, da categoria, da posição remuneratória, do nível remuneratório e do respetivo montante, do endereço eletrónico e ainda do contacto telefónico.

I) As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado.

b) Declaração emitida pelo serviço de origem confirmando a modalidade de vínculo de emprego público detida, a carreira/categoria e remuneração auferida.

J) Contactos

Telefone 21 040 36 00 ou para o endereço eletrónico geral@gns.gov.pt

9 de março de 2017. — O Diretor-Geral, *António Gameiro Marques*.

310336315

**Aviso n.º 3373/2017**

**Recrutamento por mobilidade interna de 1 assistente operacional**

A) Caracterização da Oferta:

Tipo de Oferta: Mobilidade na carreira geral de assistente operacional;

N.º de postos: 1

Remuneração: A detida pelo trabalhador na carreira/categoria de origem.

B) Caracterização do posto de trabalho ou atividade:

Apoiar logisticamente as atividades e instalações; apoiar a realização de eventos e de reuniões; efetuar a movimentação e acondicionamento dos materiais em armazém e assegurar a sua manutenção e conservação; executar tarefas de movimentação, manuseamento e armazenagem de equipamentos, materiais e documentação; efetuar ações de pequena e média complexidade na prevenção, manutenção e reparação das infraestruturas e equipamentos de uso geral; acompanhar ou fiscalizar obras; assegurar a guarda, manutenção e conservação dos equipamentos, ferramentas e utensílios que lhe forem distribuídos, garantindo a sua correta utilização, procedendo à limpeza e manutenção dos mesmos em boa condição de utilização.

C) Requisitos de admissão:

Vínculo jurídico: Só podem habilitar-se ao presente procedimento de recrutamento os trabalhadores que possuam um vínculo de emprego público previamente constituído na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e que estejam inseridos na carreira geral de assistente operacional.

Após início de funções, o trabalhador será objeto de credenciação de segurança no grau adequado às suas funções.

D) Perfil pretendido:

Experiência comprovada de exercício efetivo de funções de assistente operacional de, pelo menos, três anos; Conhecimentos básicos de mecânica, eletricidade, serralharia, carpintaria e construção civil; capacidade para efetuar esforço físico leve a moderado; capacidade para efetuar ações de pequena e média complexidade na prevenção, manutenção e reparação de infraestruturas e equipamentos de uso geral; domínio do uso de ferramentas comuns de mecânica, canalização, eletricidade, águas e carpintaria; capacidade para fiscalização de obras; disponibilidade para a inovação e para a aprendizagem ao longo da vida; capacidade de adotar comportamentos facilitadores no relacionamento com diferentes interlocutores; capacidade de organização e método de trabalho eficiente; grande dinamismo e disponibilidade; Carta de condução de viaturas ligeiras (preferencial).

E) Local de trabalho:

Gabinete Nacional de Segurança — Rua da Junqueira, 69 — Lisboa

F) Avaliação e seleção de candidaturas:

As candidaturas serão objeto de análise curricular, complementada por entrevista profissional de seleção.

Apenas os(as) candidatos(as) pré-selecionados(as) na análise curricular serão contactados(as) para a realização da referida entrevista.

G) Prazo de apresentação de candidaturas:

Dez dias úteis a contar do dia da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

H) Formalização de candidaturas:

Requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, com a menção expressa da modalidade da relação jurídica que detém, da categoria, da posição remuneratória, do nível remuneratório e do respetivo montante, do endereço eletrónico e ainda do contacto telefónico.

I) As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado.

b) Declaração emitida pelo serviço de origem confirmando a modalidade de vínculo de emprego público detida, a carreira/categoria e remuneração auferida.

J) Contactos:

Telefone 21 040 36 00 ou para o endereço eletrónico geral@gns.gov.pt

9 de março de 2017. — O Diretor-Geral, *António Gameiro Marques*.  
310336275

**NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

**Secretaria-Geral**

**Aviso (extrato) n.º 3374/2017**

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, depois de homologada por despacho da Secretária-Geral deste Ministério de 3 de março de 2017, do procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 11202/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176 de 13 de setembro de 2016, para o desempenho de funções na Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe (MOM) da Direção-geral de Política Externa.

Lista dos candidatos aprovados:

Mieke Katrien Vandewalle — 15,30 valores

Orlando Óscar Gomes da Silva — 13,20 valores

Manuel André da Costa Maias — 10,85 valores

Lista dos candidatos não aprovados:

José Pedro Bordalo de Jesus Parra — a);

Marco António Ferreira de Oliveira — a);

Paula Cristina Cabral dos Santos Saragoça — b);

Paulo Alexandre Figueiredo Ferreira — *a*);  
Pedro Miguel Henriques Pereira Gonçalves — *a*);

*a*) Por não ter comparecido à realização da Prova escrita de conhecimentos;

*b*) Nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores na Prova de Conhecimentos;

2 — Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, que a lista unitária de ordenação final devidamente homologada se encontra afixada no “local de estilo” deste Ministério, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/avisos-sobre-procedimentos-concursais/avisos-sobre-procedimentos-concursais.aspx>

3 — De acordo com o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, do despacho de homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar.

07.03.2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração,  
*Gilberto Jerónimo*.

310337733

### Despacho (extrato) n.º 2682/2017

Por despacho do Secretário de Estado da Internacionalização, de 26 de janeiro de 2017, no uso das competências que lhe foram delegadas ao abrigo do ponto 4.3 do Despacho n.º 1478/2016, de 13 de janeiro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 7.º dos Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, foi determinado o seguinte:

1 — São designados, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, os seguintes responsáveis da rede externa da AICEP, E. P. E., em:

Banguete — Pedro Grant Aires de Abreu;  
Buenos Aires — Rui Guilherme Lourenço Lopes Pereira;  
Santiago do Chile — Luís António Pereira Brás Sequeira;  
Sydney — Carlos Manuel Melo Pacheco;  
Xangai — Mário Potier Godinho Gentil de Quina.

2 — São designados, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, os responsáveis da rede externa da AICEP, E. P. E., para os seguintes países:

Áustria — Miguel Carneiro de Moura Ferreira Crespo, diretor não residente em Viena;

Cambodja — Pedro Grant Aires de Abreu, diretor não residente em Phnom Penh;

Eslováquia — Miguel Carneiro de Moura Ferreira Crespo, diretor não residente em Bratislava;

Laos — Pedro Grant Aires de Abreu, diretor não residente em Vientiane;

Myanmar — Pedro Grant Aires de Abreu, diretor não residente em Naipidau;

Panamá — Paulo Alexandre Louçada Cruz Borges, diretor não residente na Cidade do Panamá;

Perú — Luís António Pereira Brás Sequeira, diretor não residente em Lima;

Uruguai — Rui Guilherme Lourenço Lopes Pereira, diretor não residente em Montevidéu;

Vietname — Pedro Grant Aires de Abreu, diretor não residente em Hanói.

3 — Com ressalva do disposto no número seguinte, os designados nos termos dos números anteriores são acreditados como conselheiros junto das respetivas missões diplomáticas portuguesas.

4 — Atendendo aos requisitos exigidos pelas autoridades dos respetivos países de acreditação, os designados nos termos das alíneas *d*) e *e*) do n.º 1 são acreditados como cônsules para os assuntos económicos e comerciais junto dos Consulados Gerais de Portugal em Sydney e Xangai, respetivamente.

5 — Cessam funções, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, os seguintes responsáveis da rede externa da AICEP, E. P. E., em:

Bratislava — Ana Isabel Calça Pina Franco Sousa Douglas;  
Buenos Aires — Luís António Pereira Brás Sequeira;

Liubiana — Ana Isabel Calça Pina Franco Sousa Douglas;  
Viena — Ana Isabel Calça Pina Franco Sousa Douglas;  
Xangai — Pedro Grant Aires de Abreu.

ANEXO

### Notas curriculares

#### Nota curricular de Pedro Aires de Abreu

1 — Dados pessoais:

Nome: Pedro Grant Aires de Abreu

Data de nascimento: 15.06.1953

2 — Habilitações:

Licenciatura em Economia (1973-1978) pelo ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão (Universidade Técnica de Lisboa).

Curso de contabilidade geral analítica e fiscalidade para Técnicos de Contas (1980) pela APOTEC — Associação Portuguesa de Técnicos de Contas.

3 — Percurso Profissional:

Desde 2015 — Diretor da AICEP em Xangai (China), com acreditação diplomática como Cônsul para os assuntos económicos e comerciais junto do respetivo Consulado Geral de Portugal.

2011-2014 — Diretor da Direção para a Diplomacia Económica e Relações Institucionais, em assessoria ao Presidente do Conselho Administração da AICEP Portugal Global. Responsável no Corporate Department — Grandes Empresas pelo sector das TIC, Telecomunicações, Consultoria e Serviços Partilhados, assegurando o relacionamento da AICEP com as empresas destes sectores, no apoio das suas estratégias de consolidação, expansão e diversificação de atividade, em Portugal e nos mercados externos.

2009-2011 — Diretor-Coordenador de AICEP em Espanha e Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada de Portugal neste país.

2008 — Diretor da Direção para a Diplomacia Económica e Relações Institucionais, em assessoria ao Presidente do Conselho Administração da AICEP.

2002-2007 — Delegado/Diretor do ICEP/AICEP e Conselheiro Económico da Embaixada de Portugal em Viena, abrangendo os mercados da Eslovénia e Eslováquia em acumulação com a área do Turismo.

1992-2001 — Delegado/Diretor do ICEP em Barcelona, acumulando a responsabilidade da área do Turismo. Vice-Cônsul do Consulado Geral de Portugal em Barcelona.

1990-1992 — Diretor da Direção de Investimento Estrangeiro (ICEP).

1988-1990 — Técnico para a área de Investimento Estrangeiro e outros setores industriais, no ICEP em Nova Iorque.

1974-1988 — Técnico do Ministério de Administração Interna nas áreas de Desenvolvimento Regional e de apoio Técnico a Programas e Projetos de Financiamento das Autarquias Locais. Diretor Financeiro na empresa João de Brito, L.<sup>da</sup> (setores de navegação, importação de cereais e seguros). Gerente da Agência Geral da Companhia de Seguros Scottish Union de Portugal, S. A. Inspeção Bancária (auditoria) — Caixas de Crédito Agrícola Mutuo.

Diretor Financeiro do INESC — Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores. Diretor Financeiro da FUNDETEC — Fundo para o Desenvolvimento do Ensino da Engenharia e da Tecnologia Eletrónica e dos Computadores.

1971-1972 — Prestação de serviços (exportação) na empresa Messa — Máquinas de Escrever, SARL.

#### Nota curricular de Rui Pereira

1 — Dados pessoais:

Nome: Rui Guilherme Lourenço Lopes Pereira

Data de nascimento: 19.02.1972

2 — Habilitações:

2003 — Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão.

Membro da Ordem dos Economistas.

1998 — Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa.

1995 — Licenciatura em Economia pela Universidade Autónoma de Lisboa.